

Quando, em 1580, a corôa portuguesa foi unida à da Espanha, a situação comercial de Macau tornou-se ainda mais cômoda, pois os espanhóis não tiveram dificuldade em reconhecer àquêle pôrto o monopólio do comércio com o arquipélago japonês; afastava-se, desta forma, a possibilidade de concorrerem êles como os lusos, o que poderia ser feito com base em Manila, nas Filipinas. A concorrência surgiu, todavia, quando inglêses e holandeses fixaram-se em Hirado, no Japão. Em 1622, os últimos chegaram a tentar a tomada de Macau; malogrando, voltaram-se para as ilhas Pescadores e para Formosa, com o objetivo de criar entrepostos rivais de Macau e Manila. Bem logo os chineses também passaram a participar diretamente do comércio com o Japão, favorecidos que foram pela política do shogun Tokugawa Ieyasu, orientada no sentido de extirpação da pirataria.

Além da prata, outros produtos eram buscados pelos portugueses nas ilhas japonesas, inclusive o cobre, utilizado na fundição de Manuel Tavares Bocarro, em Macau, Rua do Chunambeiro, donde saíam canhões famosos em todo o Oriente. A viagem ao Japão fazia-se de ano em ano, sob a chefia de um capitão-mor designado diretamente pelo rei ou, então, pelo vice-rei com sede em Goa; cabia-lhe, ainda, funcionar como governador de Macau, durante sua estada na cidade, à espera da monção para dar início à jornada. No Japão, gozavam os portugueses, praticamente, de um regime de extra-territorialidade, mesmo após a proibição do cristianismo (1614), com a única exceção de pesada penalidade imposta aos marinheiros ou comerciantes que introduzissem missionários no país.

Com o tempo, diversas foram as modificações sofridas pelo comércio de Macau com o Japão. Entre elas, figura o papel cada vez maior desempenhado pelos ricos comerciantes indianos e chineses, bem como japoneses, que acabaram por fazer dos portugueses seus meros agentes; nesta situação encontravam-se êstes em 1640, quando se interromperam as viagens anuais. A enorme fortuna acumulada pelo japonês Ito Kozaemon, por exemplo, deve-se a êste comércio, causa, também, da excepcional prosperidade de Macau e de Nagasaki. Quanto à extinção destas atividades, tão proveitosas para tôdas as partes nelas envolvidas, determinou-a, ainda, a questão dos jesuítas, considerados como responsáveis pela rebelião de Shimabara (1637-1638) e que continuavam a penetrar no Japão, como clandestinos. Daí a decisão japônica de romper os contactos com os estrangeiros, entrando o Japão na fase de isolamento, que duraria até o século XIX.

Enriquecem o volume diversos documentos nele reproduzidos e que estão reunidos na segunda parte (págs. 173-333).

PEDRO MOACYR CAMPOS

* * *

JORDÃO (M. F.). — **O Embú na História de São Paulo** (Publicação patrocinada pela Prefeitura Municipal de Embú). São Paulo, 1960. 212 pp. 15 ilustrações. Bibliografia e apêndices.

O livro escrito pelo pesquisador M. F. Jordão e patrocinado pela Prefeitura Municipal de Embú, para assinalar o segundo aniversário do vizinho município, representa uma meritória contribuição para a historiografia paulista e muito particularmente para a aldeia seiscentista de Mboy.

Com entusiasmo e honestidade coloca e apresenta o Autor soluções para alguns problemas e incursiona pelo passado histórico de Piratininga. Ao regressar, toma posição que se compreende, mas que exige argumentos mais positivos, principalmente ao localizar a antiga povoação indígena de Embú como plataforma avançada do Império Teocrático criado pelos jesuítas à margem do primitivo caminho do sertão,

“porta aberta para entrar nas gerações guaranis e justificando-lhe a importância chega a reivindicar em sentido oposto ao que é geralmente aceito, uma curiosa consequência... nasceu o estabelecimento de Piratininga”.

Essa tese talvez possa conduzir a uma tomada de posição diante do problema da origem desta nossa grande Metrópole, mas por ora nos parece um tanto apressada, assim como a inconclusividade de alguns capítulos. Inconclusividade que poderia haver sido motivada pela impaciência do editor ou dos patrocinadores da obra, porquanto, sente-se que os capítulos não se entrosam tão harmoniosamente como seria de se desejar. Assim apresentam-se eles isolados como contas de um mesmo colar. Mais ainda, nota-se uma invisível indiferença pela cronologia. Exemplificando esta observação, temos o capítulo XVIII (**Educação e cultura jesuíticas — consequência de sua expulsão**) em que depois de remontar ao ano de 1572, comenta as consequências da expulsão, logo em seguida, à página 134 — com o sub-título **Extensão territorial** — e transcreve os limites atuais do Município de Embú (pp. 135 e 136). Interpolação desnecessária e que se justificaria no apêndice II, intitulado **Subsídios para a História de Embú**. Dentre os assuntos esparsos abre todo um capítulo (o XII, pp. 87-93) ao **Governador das Esmeraldas**, pelo fato de haver sido da 3a. geração de Fernão Dias-o-Velho (o mesmo que foi beneficiado com a Carta de Sesmaria de 22 de novembro de 1607) com prejuízo do Pe. Belchior de Pontes, o padre missionário que apesar de haver prestado reais serviços ao próprio Embú, antes de falecer em Aragariguama em 28 de setembro de 1769, apenas mereceu um sub-título, algumas linhas nas páginas 116-117 e mesmo assim no capítulo referente ao **Convento jesuítico de Embú** (pp. 108-120).

Não se ignora que ao realizar a sua obra o Autor tem a liberdade de equacionar a própria disposição da matéria em capítulos, mas dada a linha de um estudo histórico em bases idôneas, julgarse-ia ponderável deslocar o item que trata do Traslado de 22 de novembro de 1607 e seus beneficiados, para o primeiro plano, correlacionando os demais capítulos em função deste, que é, incontestavelmente, uma fonte autêntica, cujo documento original existe, autenticado e até publicado pelo Departamento do Arquivo do Estado

de São Paulo, em volume específico — aliás citado com ênfase pelo próprio autor do **Embú na História de São Paulo**, pois o sr. M. F. Jordão impressiona pela intimidade das fontes manuscritas e impressas onde se abeberou e as quais menciona com uma acuidade científica que muito o recomenda. Esta preocupação é, a nosso ver, um dos pontos mais positivos dêste seu trabalho, que êle próprio qualifica “modesto ensaio de estreado”, e mais adiante, ao esclarecer os motivos que o levaram a escrevê-lo:

“...desperta-me curiosidade a indagação de um monumento de tais dimensões e ancialidade, como já se referiu Taunay, em paragem tão afastada do núcleo de Piratininga”.

Ora, a curiosidade é um dos traços da inteligência. Assim, no calor do entusiasmo, coube-lhe sedimentar construções pessoais de pensamento, que fazem do capítulo III (— **A presumível origem da aldeia de Mboy**), juntamente com os comentários sôbre o Traslado de 1607, a parte mais feliz e positiva de todo o volume.

A título de cooperação, julgamos oportuno sugerir ao Autor a possibilidade de sistematizar o seu valioso estudo em linhas mestras e versão bilingüe, tomando por modêlo o roteiro de Paulo Florençano, publicação amplamente divulgada a respeito da Casa do Bandeirante sob os auspícios do 4.º Distrito da DPHAN e da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Nestas condições, em se tratando de um folheto de objetivo turístico, os mesmos belos clichês poderiam ser aproveitados, com legendas mais elucidativas, capazes de despertar a sensibilidade do eventual visitante, acostumado ao esplendor de outros monumentos históricos. Chamamos a atenção principalmente para a citação de Taunay (p. 155):

“...Quatro séculos na nossa América correspondem a pelo menos doze no Velho Mundo. Os vestígios quinhentistas e seiscentistas, poucos que possuímos devemos guardá-los com o desvêlo que reclamam um Castelo de Santo Ângelo e uma Santa Sofia.

...Guardemos pois com o maior cuidado o pouco que nos resta...

...Em tôrno de São Paulo duas verdadeiras preciosidades subsistem: são dois dos mais velhos vestígios da civilização no nosso planalto: São Miguel e MBoy”.

Para outra referência, aliás, das mais oportunas, recorreu o Autor a um dos livros de Paulo Duarte — **Contra o Vandalismo e o Extermínio** — em que, com as credenciais que o individualizam, aquêlê intellectual retratou o abandono da antiga residência dos jesuitas que êle visitou em companhia de Mário de Andrade em 1937, antes portanto da devida restauração pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Lamentavelmente não a completou, pois à p. 158, após transcrever o valioso depoimento de Paulo Duarte, apenas comenta: “Isso, foi antes da restauração”.

Nesse período seriam de utilidade alguns dados concretos que, apesar de conhecidos de um pequeno grupo de estudiosos — inclusive do Autor que, com fidalguia reconhece a ajuda do 4.º Distrito do DPHAN na coleta de dados sôbre a obra concluída o ano pas-

sado, — merecem ser divulgados em linhas gerais, mais ou menos assim: A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência jesuítica anexa (do Embú), constituem monumentos históricos tombados pela DPHAN a 21 de outubro de 1938. Os trabalhos de restauração pelo 4.º Distrito DPHAN tiveram início em agosto de 1939-1940, retomados e concluídos definitivamente em 1958.

Uma última observação: **Embú na História de São Paulo** é interessante ensaio que reflete paciente e honesta capacidade do Autor. Tem sutilezas, coloca e resolve alguns problemas, faz pensar. Ainda mais, sugere medidas que merecem encontrar seguidores.

Especificamente, no apêndice II, ao apresentar **Subsídios**, embretha-se numa trilha ainda virgem, inexistente ao que sabemos, nos programas da secção de História das nossas Faculdades e uma constante nas congêneres dos centros culturais mais expressivos da Europa: a História Local ou Regional.

Cumpra assinalar, com a devida ênfase, que a coleta de dados e conseqüente concretização de uma pesquisa que sabemos exaustiva, sôr:ente se realizou graças à positiva receptividade da Prefeitura Municipal de Embú na pessoa do seu alcaide, sr. Annis Neme Bassilh. que com o apóio unânime dos vereadores e demais autoridades municipais, decidiu assinalar o segundo aniversário da instituição do Município, patrocinando e não poupando esforços para a merecida divulgação do livro de um de seus municípes: o **Embú na História de São Paulo**.

Dir-se-ia que tal sensibilidade a problemas culturais, especialmente relacionado com a história de um dos mais jovens municípios paulistas, merece provocar uma posição a ser tomada pelas Prefeituras isoladamente e, talvez, dentro de um planejamento da própria Associação Paulista dos Municípios que eventualmente poderia contribuir e muito para o arrolamento necessário das fontes primárias locais ou regionais, em bases científicas, a maneira do vizinho município de Embú e dentro de um roteiro específico. Caso seja positivo o pronunciamento dessa entidade de classe, ou mesmo daquelas ecilidades isoladas, recomendar-se-ia, na falta de outro conhecido, o roteiro já sugerido nesta mesma **Revista de História** (n.º 8, vol. III, p. 443).

Confirmando a nossa profunda admiração pelas qualidades de inteligência e sensibilidade do Autor de o **Embú na História de São Paulo**, encerramos estas notas transcrevendo a preocupação, veladamente didáticaí que se revela no seguinte trecho (p. 113):

“Cumpra-nos esclarecer que existem nas proximidades da Capital de São Paulo, três localidades com a palavra Embú nas suas denominações, o que tem levado muita gente a confundí-las. Daf a necessidade do presente esclarecimento. Destacam-se, pois Embu — município cuja história acabamos de focalizar. Subordinou-se desde 1880 ao Município de Itapeperica da Serra, de que desmembrou por força da Lei 5.285, de 18-2-1959; Embú-Guaçú — distrito pertencente ao Município de Tapeperica da Serra, servido por ramal da Estrada de

Ferro Sorocabana; e finalmente, Embú-Mirim, localidade situada nas proximidades de Santo Amaro, nas imediações da Reprêsa de Guapiranga”.

MARIA REGINA DA CUNHA RODRIGUES

* * *

MACHADO (Lourival Gomes) e **AYROSA** (Eduardo). — **Reconquista de Congonhas**. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1960, 108 págs.

Há um toque de lenda nas origens do santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo. O analfabeto Feliciano Mendes, estabelecendo-se como eremita na colina situada ao sul do vilarejo, recolhendo as esmolas destinadas à edificação da igreja; seus êmulos, a começar por Custório de Vasconcelos, guardando fidelidade ao sonho de Feliciano e levando a termo a construção do monumento — tudo isto não nos lembra uma atmosfera de Idade Média, perdida no interior de Minas Gerais, em pleno século XVIII? Não se acentua ainda esta impressão, quando as esculturas que lá se encontram parecem ter sido feitas, menos por mãos humanas, do que por anjos em peregrinação pela terra?

Bem sabemos serem outras plagas ricas em testemunhos capazes de despertar idéias deste tipo. Mas não é este o nosso caso, e isto atribui um especial significado aos trabalhos de restauração da igreja de Congonhas, decididos pela Diretoria do SPHAN, em princípios de 1957. O mesmo Serviço do Patrimônio Artístico, por intermédio de Rodrigo M. F. de Andrade e Sílvio de Vasconcelos, proporcionou a Lourival Gomes Machado e a Eduardo Ayrosa tôdas as facilidades, a fim de poderem acompanhar de perto o desempenho da missão programada. E os leitores do **Suplemento Literário** do jornal “O Estado de São Paulo” lembram-se da série de artigos daí resultante, bem como das admiráveis fotografias que os acompanhavam. Tais artigos foram reunidos em volume, publicado agora pelo Ministério da Educação, com textos em português, inglês e francês.

Da **Introdução**, destacamos as palavras finais: “...em verdade cronista e fotógrafo desejam deixar bem claro que, se jamais tiveram algum valor seu relato e as suas gravuras, primeiro destinados à fugaz mas sempre estimulante divulgação jornalística, e agora preservados em livro, devem-no todo ao fato que inicialmente atraiu sua atenção e despertou sua curiosidade: a autêntica e admirável reconquista de Congonhas”. Ninguém poderá negar terem os autores respeitado escrupulosamente o propósito de tornar público o trabalho em que se empenharam os encarregados da restauração. E’ com carinho que se faz a descrição da delicada e exigente faina, diante do material corrompido pelo tempo, pelo cupim e pelo fungo, deformado, ainda, pelas “acrescentações desfiguradoras”, pois “o século XIX obstinou-se em repintar periódicamente o interior das igrejas, cobrindo com pigmentos e óleo a talha dos altares, as obras construtivas de madeira, e muitas vêzes atingindo até elementos de pedra”.

Assim procedendo, certamente contribuíram os autores para divulgar um melhor conhecimento não só da capacidade de trabalho do